



Ciência e cultura colonial: considerações sobre as viagens científicas francesas na primeira metade do século XIX

Science and colonial culture: comments on the French scientific expeditions in the first half of the nineteenth century

Daniel Dutra Coelho Braga

Doutorando em História Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro

daniel.dutra@bol.com.br

Recebido em: 30/11/2015

Aprovado em: 27/05/2016

RESUMO: O artigo analisa viagens científicas empreendidas pela França ao longo do período monárquico constitucional, articulando-as ao debate historiográfico sobre a cultura colonial francesa, propondo uma periodização que identifique a existência de uma cultura colonial consolidada já na primeira metade do século XIX e não apenas a partir do Segundo Império. Nesse sentido, abordam-se algumas publicações decorrentes das grandes viagens de volta ao mundo como elementos inerentes à consolidação de tal cultura colonial, reiterando-se, assim, a possibilidade de abordagens historiográficas que coadunem interações entre ciência e política. Como exemplos de formulações discursivas inerentes a uma cultura colonial, destacam-se formulações sobre as possibilidades de classificação humana com base no ideal de civilização e formulações sobre as especificidades da tropicalidade no quadro global de produções da natureza.

PALAVRAS-CHAVE: expedições científicas, tropicalidade, alteridade.

ABSTRACT: This article analyzes scientific expeditions organized by France during the first half of the nineteenth Century, suggesting the possibility to identify a well-established colonial culture in France throughout that period. Publications concerning those expeditions are analyzed as elements that were constitutive of such colonial culture. Therefore, the article supports a historic approach that conceives science and politics as intertwined elements. Scientific texts dedicated to classifying human groups, mainly through the idea of civilization, as well as tropicality descriptions are analyzed as main scientific elements which must have constituted frameworks of such colonial culture.

KEYWORDS: Scientific expeditions, tropicality, otherness.

Introdução

Ao longo da segunda metade do século XVIII e da primeira metade do século XIX, diversos viajantes europeus dedicaram-se a uma forma de empreitada científica tributária de diversos



elementos do que pode ser considerado como uma cultura das Luzes: a viagem científica de volta ao mundo. Cosmopolitas, progressistas e utilitárias, essas grandes viagens ofereciam condições para uma contínua reiteração de pautas e anseios culturais em circulação cada vez maior na Europa de fins do século XVIII. Empreitada ambiciosa, a viagem de volta ao mundo poderia fornecer a esses estudiosos europeus as chaves de compreensão da história humana e das diferentes produções da natureza, contribuindo para o progresso da civilização, além de auxiliar a reafirmação das prerrogativas europeias neste processo. Com efeito, como bem demonstrou Marie-Noëlle Bourguet, esses viajantes contribuíram para uma transformação do sentido da ideia de “explorador”, ampliando seu significado inicial – restrito ao âmbito militar, designando aquele que seria principalmente um “informante” – de modo que a palavra contemplasse a identificação de um estudioso comprometido com um “programa cognitivo”, mediante o qual se partiria “à descoberta de uma frente de conquista intelectual, cujo império se estende a pouco e pouco a todo o planeta”.¹ Trata-se de uma ampliação cuja sobrevida se estende para o século XIX, tal como aponta Eric Hobsbawn, quando afirma que, nesse século, “explorar não significava apenas conhecer mas desenvolver, trazer o desconhecido e, por definição, os bárbaros e atrasados para a luz da civilização e do progresso”.²

Todavia, os sonhos e anseios europeus certamente não se desenvolveram na mesma velocidade em que se realizou uma efetiva interação com a amplitude territorial do planeta. Por mais cosmopolitas que fossem as ambições de viajantes setecentistas como Cook ou Bougainville, uma integração global na qual diretrizes europeias de fato apresentassem preponderância prática estava longe de se concretizar ainda na primeira metade do século XIX. Como mais uma vez argutamente aponta Hobsbawn,

Mesmo em 18148, imensas áreas de vários continentes estavam marcadas em branco, inclusive nos melhores mapas europeus – principalmente no que diz respeito à África, à Ásia central, ao interior da América do Sul e a partes da América do Norte e Austrália, sem mencionar os quase totalmente inexplorados Ártico e Antártico.³

¹ BOURGUET, Marie-Noëlle. O Explorador. In: VOVELLE, Michel (Dir.). *O Homem do Iluminismo*. Trad. Maria Georgina Segurado. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 212.

² HOBSBAWN, Eric J. *A Era do Capital, 1848 – 1875*. Trad. Luciano Costa Neto. 21ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 91.

³ _____ . *A Era do Capital, 1848-1875*, p. 88.



Houve, portanto, um descompasso prático entre as ambições culturais da dita cultura das Luzes e as possibilidades materiais de sua instauração. Descompasso este que caracteriza um período ao longo do qual potências europeias precisaram continuamente reinventar suas estratégias, tanto em nível cognitivo como em nível institucional e político, de modo que as possibilidades de instaurar sua presença em escala global fossem eficazmente concretizadas. Assim, na primeira metade do século XIX, expandir-se politicamente ainda significava seguir em direção a territórios desconhecidos pelos circuitos europeus, e conhecer esses mesmos territórios implicava, por sua vez, aceitar desafios políticos e institucionais consideráveis.

Tendo em vista tal período, o presente artigo busca analisar as viagens científicas francesas de volta ao mundo organizadas ao longo da primeira metade do século XIX, ou seja, a partir de 1817, ano no qual a França retoma o modelo de viagem científica que havia estimulado nas últimas décadas do século XVIII.⁴ O objetivo do artigo é explicitar em que medida essas expedições científicas podem ser abordadas por um viés que contemple simultaneamente as formulações e práticas propriamente científicas e de representação que constituíram essas empreitadas e, também, as implicações políticas e institucionais que as viagens traziam à administração francesa, notadamente no que se referia às possibilidades de expansão da presença francesa no ultramar. Busca-se, nesse sentido, articular a discussão historiográfica referente às viagens científicas àquela dedicada a compreender os mecanismos da cultura colonial francesa.

O problema de uma cultura colonial francesa na primeira metade do século XIX

A referência a uma cultura colonial francesa se dá, no presente artigo, mediante a filiação a uma pauta de problemas elencados por historiadores como Pascal Blanchard, Sandrine Lemaire e Nicolas Bancel, os quais defendem a possibilidade de identificar um verdadeiro “sistema histórico” que auxiliaria a interpretação de elementos constitutivos do imperialismo francês. Esses elementos, segundo tais autores, teriam inicialmente se apresentado às análises historiográficas como aparentemente desconexos. No entanto, esses historiadores demonstram em que medida seria possível interpretar “o desenvolvimento, a disseminação e a mutação graduais de uma *cultura colonial*

⁴ Em 1817, é organizada a expedição científica de Louis de Freycinet, que deliberadamente se empenhou em retomar o modelo de viagens científicas que havia sido utilizado pela última vez antes da Revolução de 1789, quando La Pérouse foi encarregado de comandar sua expedição sob os auspícios de Louis XVI.



na metrópole francesa ao longo de mais de dois séculos”⁵, a qual teria implicações ressonantes até mesmo nos desdobramentos propriamente pós-coloniais decorrentes dos processos imperialistas em questão. Os elementos anteriormente vistos como desconexos seriam, portanto, tributários de uma mesma cultura colonial. Para esses autores, é possível identificar, em diferentes campos de atividade francesa dos séculos XIX e XX, uma incorporação inconsciente de um discurso imperial que orientaria disposições de ações sociológicas. Deste modo, identificam, mediante evidente referência às teorias de Pierre Bourdieu, a existência de um “*habitus* em meio à mentalidade e à psique coloniais”⁶, sem o qual este sistema colonial histórico não poderia ter existido. Como alicerces de tal incorporação de um discurso imperial – que encontrariam no ideal de civilização a ser instaurado em escala planetária seu principal bastião –, os autores reconhecem elementos como sociedades geográficas, organizações comerciais e a literatura de viagem.

Embora se refira tanto ao século XIX como ao século XX, a profícua reflexão de Blanchard, Lemaire, Bancel e Thomas propõe uma periodização na qual se reconheceria, entre os anos de 1763 e 1870, apenas a emergência de uma cultura “pré-colonial” na França metropolitana. Segundo eles,

Ainda em sua infância, esta cultura começou a aparecer lentamente nos diferentes estágios de intervenção francesa no ultramar: da perda de possessões coloniais do Antigo Regime à Revolução Francesa com a primeira abolição da escravidão, da expedição no Egito às expedições punitivas de Napoleão no Caribe, da restauração da escravidão à conquista da Argélia, da segunda abolição da escravidão em 1848 às conquistas na Indochina, da instalação na Nova Caledônia à derrota no México, cada “momento” colonial incitou uma reação na metrópole, reações que gradualmente deram lugar a uma compreensão coletiva segundo a qual a França estava comprometida com um vívido empreendimento colonial ultramarino. No entanto, esta compreensão permaneceu majoritariamente limitada à elite e a círculos econômicos, não alcançando o público em geral até a Terceira República.⁷

Perante a periodização proposta por esses autores, é possível se perguntar em que medida o período que se estende de 1763 a 1870, seria de fato uma mera “infância” desta cultura colonial.

⁵ BLANCHARD, Pascal; LEMAIRE, Sandrine; BANCEL, Nicolas; THOMAS, Dominic. The Creation of a Colonial Culture in France, from the Colonial Era to the “Memory Wars”. In: BLANCHARD, Pascal, LEMAIRE, Sandrine, BANCEL, Nicolas, THOMAS, Dominic (Eds.). *Colonial Culture in France since the Revolution*. Translated by Alexis Pernesteiner. Indiana: Indiana University Press, 2014, p. 1.

⁶ _____ . *The Creation of a Colonial Culture in France, from the Colonial Era to the “Memory Wars”*, p. 5.

⁷ _____ . *The Creation of a Colonial Culture in France, from the Colonial Era to the “Memory Wars”*, p. 4. Tradução livre realizada pelo autor do presente artigo.



Certamente, o período inaugurado com o Segundo Império francês apresentou uma pauta mais ostensiva e incisiva para a expansão territorial francesa, pauta esta que, com relativas adaptações, manteve-se mesmo com a transformação promovida pelo regime republicano, o qual encontrou na expansão imperial – por mais contraditório que isto pudesse parecer inicialmente, tendo-se em vista os ideais universalistas republicanos exaltados à época – um sustentáculo essencial de sua manutenção. Como bem elucidou Samia el Mechat, houve uma profusão de teorias e métodos de pacificação que discursivamente justificariam a tutela intervencionista sobre povos nativos colonizados, posto que se pressupunha que, “privados do poder tutelar do colonizador, as massas colonizadas afundariam na anarquia e no caos”.⁸ Com base nestes ideais, a expansão francesa foi pujante na segunda metade do século XIX e ao longo do século XX. No entanto, é possível identificar, desde o final do século XVIII e início do século XIX, não só uma verdadeira pauta expansionista em ampla circulação no campo cultural europeu – que encontra, nas formulações referentes à ideia de civilização, um de seus principais vetores –, mas uma ressonância institucional, administrativa e sociológica consolidada, orientando empreitadas e diretrizes das quais as grandes viagens de volta ao mundo são exemplos eloquentes. Não deixa de ser curioso que, neste sentido, os autores tenham elencado a literatura de viagem como um dos alicerces principais da cultura colonial e, por outro lado, pareçam não reconhecer seu potencial como norteador de percepções na primeira metade do século XIX: enquanto gênero textual, a literatura de viagem guardava amplo potencial de ressonância na sociedade europeia de então, e as publicações decorrentes das viagens de volta ao mundo, por mais que se organizassem mediante diferentes modelos editoriais, reiteravam tal potencial. Não se trata, obviamente, de afirmar que toda localidade visitada por viajantes franceses e contemplada em seus relatos tenha sido o alvo de investida propriamente colonizadora por parte do Estado francês, mas sim de demonstrar que, conforme se organizavam as viagens e publicações delas decorrentes, a ideologia por meio da qual se legitimaria a expansão da presença internacional francesa era reiterada. A possibilidade de se reconhecer, portanto, os fundamentos de uma cultura colonial francesa consideravelmente sedimentada já no início do século XIX, diferentemente do que é proposto por Blanchard, Thomas, Bancel e Lemaire, pode ser demonstrada mediante estes dois

⁸ MECHAT, Samia El. Introduction. In: MECHAT, Samia el (Dir.). *Coloniser, pacifier, administrer. XIXe-XXIe siècles*. Paris: CNRS Éditions, 2014, p. 7.



grupos de fatores: de um lado, a organização propriamente institucional e administrativa de empreitadas como as grandes viagens de volta ao mundo e, de outro, a circulação da literatura de viagem tributária dessas empreitadas.

No tocante ao primeiro dentre estes dois grupos de fatores, as viagens científicas de volta ao mundo francesas da primeira metade do século XIX se destacam, em termos administrativos, pela prevalência da Marinha francesa enquanto agente institucional preponderante na organização de tais empreitadas. Diferenciando-se do modelo inglês de organização de viagens científicas, no qual foi predominante a iniciativa privada de entusiastas do progresso científico⁹, é possível identificar, em linhas gerais, a preeminência da diretriz do Estado nas empreitadas científicas francesas, desde o século XVIII. Além disso, devido a tal diretriz propriamente estatal de atividades científicas, é possível identificar um pioneirismo francês não só na elaboração das viagens, mas no processo de profissionalização do naturalista, o qual esteve, no caso francês, articulado à profissionalização colonial, unindo um sistema integrado de administração colonial mediante jardins botânicos e um conhecimento cada vez mais tributário de uma rede global de naturalistas profissionais.¹⁰

O domínio do Estado, no entanto, não se daria de modo unívoco ao longo do tempo. No interior desta diretriz propriamente estatal, evidencia-se uma disputa específica, ao longo da primeira metade do século XIX, por parte da Marinha francesa, no sentido de reafirmar sua posição enquanto instituição comprometida simultaneamente com as possibilidades de ampliação da ciência e do comércio franceses, ou seja, sem se restringir apenas a funções bélicas. O fato de as grandes viagens científicas organizadas pela França monárquica constitucional contarem, em seus quadros,

⁹ São diversos os autores que identificam tal característica do campo inglês de organização de atividades científicas e, conseqüentemente, de expedições científicas. Em artigo dedicado à análise das iniciativas de Joseph Banks, David Philip Miller ressalta em que medida havia um verdadeiro “vácuo político e administrativo” no tocante às viagens de descoberta inglesas, posto que havia uma falta de canais formais e institucionais que consolidassem as atividades. Tal vácuo, no entanto, não seria resultado de uma deficiência inglesa, mas sim coerente com ideias inglesas acerca de como deveria ser a atividade governamental. Para detalhes, ver: MILLER, David Philip. Joseph Banks, empire, and “centers of calculation” in late Hanoverian London. In: MILLER, David Philip; REILL, Peter Hans (Eds.). *Visions of Empire: voyages, botany, and representations of nature*. Cambridge/New York: Cambridge Univ. Press, 1996, pp. 21-37.

¹⁰ Tal ponto é reiterado por autores como Richard Drayton que, em sua análise sobre as relações entre o império inglês e atividades científicas, ressalta como cada grande expedição científica inglesa foi precedida por um modelo semelhante comandado por franceses. Ver: DRAYTON, Richard. *Nature's Government. Science, Imperial Britain, and the 'Improvement' of the World*. London/New Haven: Yale Univ. Press, 2000, p. 109. No tocante à profissionalização colonial e profissionalização da história natural, principalmente no que se refere a experiências francesas, ver: GROVE, Richard. *Green Imperialism. Colonial expansion, tropical Island Edens and the Origins of Environmentalism, 1600-1800*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1995, p.310-311.



basicamente com homens oriundos da Marinha francesa aponta em que medida a instituição dedicou-se a ocupar um espaço que anteriormente não fora concedido a ela enquanto prerrogativa¹¹. De fato, foram vários os oficiais franceses que comandaram viagens científicas, sobretudo as de volta ao mundo, ao longo da primeira metade do século XIX, destacando-se Louis de Freycinet¹², Louis Isidore Duperrey¹³, Hyacinthe de Bougainville¹⁴, Dumont d'Urville e Abel Dupetit-Thouars¹⁵. Além disso, muitas ações político-administrativas posteriores à realização de expedições científicas denotam o quanto ciência e política estiveram entrelaçadas nos planos da Marinha francesa: o estabelecimento de estações navais francesas em pontos previamente contemplados por oficiais da Marinha durante viagens científicas comprova que as diretrizes políticas e científicas da instituição eram complementares.

O segundo fator que identificamos como vetor de uma cultura colonial francesa já consolidada no início do século XIX foi, como dito antes, a literatura de viagem decorrente dessas expedições. Quanto a essa literatura de viagem, há diversos pontos a se ressaltar. Primeiramente, tal como apontado por Odile Gannier, há uma “cadeia de leituras” que se estabelece na confecção dos relatos de viagem¹⁶, que emulam elementos da rede de símbolos e linguagens nas quais o viajante está inserido, tanto enquanto realiza sua viagem como no momento em que redige seu relato. O momento da redação mobiliza não apenas elementos das linguagens contemporâneas ao viajante, mas também elementos da tradição de longa duração do gênero da literatura de viagem. Só este aspecto da literatura de viagem já seria emblemático no sentido de ressaltar seu potencial de

¹¹ TAILLEMITE, Étienne. *L'Histoire ignorée de la marine française*. Paris: Perrin, 1988; TAILLEMITE, Étienne. *Marins français à la découverte du monde*. Paris: Fayard, 1999.

¹² Louis-Claude de Saulces de Freycinet (1779-1842) comandou, entre 1817 e 1820, a expedição a bordo da fragata *Uranie*. O êxito da expedição permitiu sua promoção na Marinha francesa, além de auxiliar sua eleição para a *Académie des Sciences* em 1825 e sua atuação enquanto um dos fundadores da *Société de géographie*. Para detalhes, ver: TAILLEMITE, Étienne. *Dictionnaire de la Marine*. Paris: Collection Seghers, 1962, pp. 109-110.

¹³ Louis Duperrey (1786-1865) participou da expedição comandada por Louis de Freycinet e, em 1822, iniciou sua própria expedição de volta ao mundo, tendo sido também eleito para a *Académie des Sciences* em 1842. Para detalhes, ver: TAILLEMITE. *Dictionnaire de la Marine*, p. 87.

¹⁴ Hyacinthe de Bougainville (1781-1846) foi filho do célebre viajante do século XVIII, Louis de Bougainville (1729-1811), e realizou sua própria viagem de volta ao mundo comandando as embarcações *Thétis* e *Espérance* entre 1824 e 1826. Para detalhes, ver: TAILLEMITE. *Dictionnaire de la Marine*, p. 34.

¹⁵ Abel Dupetit-Thouars (1793-1864) comandou sua própria expedição de circunavegação do globo entre 1836 e 1840, com finalidades científicas e comerciais. Sua dedicação a diretrizes comerciais não foi um obstáculo para uma carreira propriamente científica, tendo sido eleito para a *Académie des Sciences* em 1855. Para detalhes, ver: TAILLEMITE. *Dictionnaire de la Marine*, p. 88.

¹⁶ GANNIER, Odile. *La littérature de voyage*. Paris: Ellipses Éditions, 2001, p. 29.



reverberação dos vetores do campo de representações mais amplo em que está inserida (e, portanto, seu potencial de reverberação de uma cultura colonial). Contudo, outro aspecto do gênero, também ressaltado por Gannier, é o “pacto de leitura” estabelecido entre o autor-viajante e o leitor, pacto este que, muitas vezes, confere ao relato um verdadeiro papel de “texto didático”: não só no século XIX, mas também ao longo de séculos progressos, os relatos de viagens foram capazes de assumir o papel de edificação – até religiosa –, instrução e formação do espírito.¹⁷ Este aspecto se tornava mais preponderante caso o viajante se filiasse aos esquemas do romance de formação, conferindo à viagem narrada um teor de provação, no qual a partida e o retorno seriam delimitações de um período não só de deslocamento ao longo do mundo que se buscaria conhecer, mas de um período de descobertas referentes a si mesmo.¹⁸ Os relatos de viagem, portanto, não eram meramente descritivos, mas também prescritivos, o que os torna mais significativos em um horizonte de cultura colonial. Eles não apenas reverberariam a cultura colonial, mas garantiriam a reprodução de sua introjeção em disposições culturais.

Viagens, tropicalidade e alteridade: vetores científicos para uma cultura colonial

Uma vez explicitados alguns fatores que permitem reconhecer, já na primeira metade do século XIX, a consolidação de uma cultura colonial francesa, torna-se possível identificar de que modo as viagens científicas puderam contribuir para a sedimentação de tal cultura. Como dito antes, em função das atividades da Marinha francesa, as viagens se entremearam administrativamente à cultura colonial principalmente mediante a criação de estações navais e mediante o sistema colonial de administração da agricultura e dos jardins botânicos. A especificidade desses pontos de conexão administrativa entre as viagens e a cultura colonial, no entanto, não serão focalizados no presente trabalho. Para além do foco em pontos de conexão propriamente administrativos, focalizaremos especificamente, como assinalado anteriormente, nas publicações decorrentes das viagens científicas. Muitas dessas publicações reiteraram concepções de alteridade essenciais para uma cultura colonial. Como vetores de tais concepções de alteridade, as conceitualizações acerca da tropicalidade e as possibilidades de classificação dos diferentes grupos humanos encontrados ao longo das viagens foram decisivas.

¹⁷ GANNIER. *La littérature de voyage*, p. 45.

¹⁸ _____. *La littérature de voyage*, p. 99.



A reflexão sobre tropicalidade norteou representações não apenas na França, mas na Europa como um todo, mobilizando escritos de diversa ordem. Para o historiador David Arnold, a tropicalidade se apresentou como um problema para a cultura europeia cerca de cinco séculos antes das viagens que possibilitaram, no início da Época Moderna, um maior intercâmbio com as Américas, por exemplo. Para Arnold, os trópicos se configurariam não como um mero espaço geográfico, mas também como um espaço conceitual, que possibilitou um eixo de reflexão sobre a alteridade, atribuindo-se significado moral a paisagens e lugares do mesmo modo que se fez em relação a povos e culturas. Em decorrência disso, o uso do termo “trópicos” apresentou amplo escopo de significados. Primeiramente, concebia a existência de especificidades climáticas na região localizada entre os trópicos de Câncer e de Capricórnio. No entanto, ao longo dos séculos, consolidou-se a concepção de uma distinção cultural na qual os trópicos se definiriam por oposição ao que era percebido como a normalidade das terras temperadas. Segundo Arnold, os trabalhos do naturalista prussiano Alexander von Humboldt teriam contribuído para consolidar a percepção acerca da diversidade dos trópicos como indício de uma natureza mais ativa, pródiga e fecunda, embora conferindo pouca atenção às formas sociais e culturais elaboradas por seus próprios habitantes. Os elogios de Humboldt, por outro lado, não impediram uma profusão de concepções negativas acerca da tropicalidade, em parte baseadas na predominância dos pressupostos segundo os quais ela se definiria por oposição à regularidade natural das zonas temperadas.¹⁹

As viagens científicas francesas atestam não só a permanência da pauta de reflexões sobre a tropicalidade, mas também em que medida esta pauta orientou a representação de diversas regiões do planeta, como as Américas. Certamente foi demasiado amplo o campo de possibilidades dentro do qual as Américas foram representadas em circuitos culturais europeus. Ao longo do tempo, houve mudanças não só nas formas discursivas utilizadas para descrever as Américas, mas nas condições dadas a viajantes europeus de interagir com as regiões americanas, sendo essas diferentes condições, tanto de deslocamento geográfico como de natureza de inserção social, fatores que tornam mais complexo o campo de representações das Américas na Europa. É inegável que a transformação do

¹⁹ ARNOLD, David. *Inventing Tropicality*. In: ARNOLD, David. *The Problem of Nature*. Environment, culture and European expansion. Oxford/Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996, pp. 142-150.



arcabouço intelectual que mobilizava viajantes europeus a analisarem a Europa²⁰, assim como as transformações políticas ocorridas no final do século XVIII, propiciaram o que o historiador Antonello Gerbi descreveu como uma etapa de “esvaziamento da disputa” acerca do sentido do Novo Mundo. Na passagem do século XVIII para o século XIX, não seria mais possível simplesmente estigmatizar as Américas, tal como demonstra Gerbi mediante sua análise de Hegel:

As contradições internas e incertezas radicais das idéias hegelianas sobre a América provam que na época os termos tradicionais da disputa eram insuficientes para abranger os problemas sugeridos pelo Novo Mundo. De um lado, as ciências naturais haviam se emancipado dos esquemas volumétricos e das rígidas teorias climáticas; de outro, o desenvolvimento social e político dos Estados Unidos e a turbulenta vitalidade dos países latino-americanos faziam com que se esquecesse o seu recentíssimo passado colonial e de fato não se enquadravam nas costumeiras caracterizações dos crioulos, sonolentos e desmiolados, nem dos norte-americanos, fisicamente decaídos e barbaramente incultos.

Hegel encontra-se, pois, em meio a um dilema. (...) A América é impotente no físico e no moral, mas é também o Futuro, ou seja, a “potência” por definição.²¹

Todavia, se a polêmica acerca do Novo Mundo, para fazer menção ao título da monumental obra de Gerbi, esvaziava-se em seu sentido inicial, é notável que justamente nesse período emerge um novo fator nessa mesma disputa conceitual: a distinção entre a América do Norte e a América do Sul.²² No tocante à primeira metade do século XIX, o exemplo da América Latina é bastante significativo no contexto de uma discussão propriamente imperial acerca da tropicalidade, como aponta a historiadora Nancy Stepan, uma vez que “a América Latina foi parte de um sistema imperial europeu informal”²³, devido aos fortes interesses financeiros e comerciais que os então novos países americanos estimularam em potências europeias como a Inglaterra. É eloquente, nesse sentido, a representação que o viajante Francis de Castelnau emulou acerca das diferentes Américas,

²⁰ Faço referência aqui à inflexão assinalada por Jorge Cañizares-Esguerra, quando este reconhece a emergência de uma “nova forma de leitura” em meados do século XVIII na Europa, a qual teria se relacionado à formação de um novo tipo de viajante, o viajante filosófico. Estes vetores teriam desafiado pressupostos tradicionalmente estabelecidos na cultura Europeia quanto às representações das Américas. Para detalhes, ver: CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *How to write the history of the New World. Histories, epistemologies, and identities in the Eighteenth-Century Atlantic World*. Stanford/California: Stanford University Press, 2001, pp. 12-13.

²¹ GERBI, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1790-1900)*. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 336.

²² Não à toa o próprio Gerbi mantém sua análise de Hegel e demais filósofos dedicados à representação das Américas afirmando que, nesse período, a “história universal alcançou seu vértice no mundo germânico e reformado; todavia, seu centro de gravidade, atraído por uma nova polarização, entre o Norte e o Sul da América, desloca-se para o ponto onde poderá acender a centelha de um outro conflito fatal”. GERBI. *O Novo Mundo*, p. 336.

²³ STEPAN, Nancy Leys. *Picturing Tropical Nature*. New York: Cornell Univ. Press, 2001, p. 23.



contrapondo a América do Norte à América do Sul, principalmente com base no critério da natureza tropical. Castelnau recebeu, em 1841, uma missão simultaneamente política e científica, sendo apoiado tanto pela casa de Orléans como pelo *Muséum national d'Histoire Naturelle*. De acordo com Michel P. Bajon, a expedição esteve primordialmente pautada pela política dinástica dos Orléans que, preocupados com a trajetória política das antigas colônias espanholas, buscavam voltar seus olhos para o Brasil e para a casa de Bragança, de modo a constituir “um bloco latino e católico que equilibrasse a zona atlântica perante o conjunto anglo-saxão”.²⁴ Ao descrever “o contraste que oferecem entre si essas grandes quase ilhas que formam o continente da América”, Castelnau reconheceu, situado na América do Norte, o homem “sob a influência direta do clima mais variável do mundo”, região na qual teve de desenvolver todos os recursos de sua inteligência e cujos resultados de sua atividade incessante não poderiam ser vistos com indiferença, ao passo que, na América do Sul, “os traços da ação humana desaparecem de modo a permitir que se admirem apenas as obras da natureza”.²⁵ Portanto, o viajante esteve comprometido com a representação da ausência de iniciativas propriamente civilizadoras na América do Sul, filiando-se a uma tradição que, segundo Nancy Stepan, remeteria a Alexander von Humboldt, na medida em que o próprio viajante prussiano teria contribuído para tal redefinição conceitual das Américas, remodelando a representação do globo mediante o uso de linhas isotérmicas mediante as quais reconheceu, nos Estados Unidos, uma região temperada, “capaz, devido ao clima e à geografia, de produzir uma civilização semelhante àquela da Europa”, ao passo que nos trópicos do Sul “seria sugerido que o calor e a umidade tão favoráveis à produção da natureza estabeleceriam um desafio permanente para a emergência da alta civilização”.²⁶ Assim, reconhecendo-se a filiação a tal tradição, o que se apreende da caracterização efetuada por Castelnau, sobretudo tendo-se em vista as mobilizações políticas que também caracterizaram sua viagem, é a reiteração de uma representação das regiões tropicais americanas nas quais seria necessário um vetor civilizador externo de forma a romper com o tipo de movimento que naturalmente se impunha e caracterizava a vida presente em tais regiões. Dado o seu

²⁴ BAJON, Michel P. Une expédition méconnue en Amérique du Sud: la mission Castelnau, 1843-1847. In: LAISSUS, Yves (org.). *Les naturalists français en Amérique du Sud XVIe-XIXe siècles*. Paris: Éditions du CTHS, 1995, p. 338.

²⁵ CASTELNAU, Francis de. *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima, et de Lima au Para; exécutée par ordre du gouvernement Français pendant les années 1843 à 1847*. Histoire du Voyage. Tome Premier. Paris: Bertrand, 1850, pp. 8-10.

²⁶ STEPAN. *Picturing Tropical Nature*, pp. 38-39.



comprometimento com o Estado francês, assim como o inventário por ele efetuado de dados sobre territórios tropicais da América do Sul, é evidente em que medida seu empreendimento científico poderia auxiliar a projeção francesa: a expedição permitiu o reconhecimento de vias fluviais entre Goiás e o Pará através da bacia do Tocantins, a determinação de fontes do Paraguai, a possibilidade de uma segunda ligação longitudinal entre Cuiabá e Santarém, o reconhecimento de vias fluviais entre Cuiabá e São Paulo através dos rios Tiete e Miranda, além das condições de navegabilidade do Amazonas e dos precursores peruanos Ucayali e Urubamba. Além de tais trabalhos cartográficos e geográficos, também foi estabelecido o inventário de recursos geológicos e minerais, assim como das produções agrícolas das regiões visitadas²⁷. Todo este âmbito tropical, portanto, poderia ser apropriado de modo utilitário pelas diretrizes comerciais e administrativas francesas.

Entretanto, cabe ressaltar que nem todos os viajantes franceses representaram a tropicalidade sob o mesmo molde que Castelnau. Na verdade, o que um exame da variedade de publicações decorrentes das viagens científicas revela é uma certa discrepância entre a permanência da tropicalidade enquanto concepção a nortear representações de padrões culturais – ou até mesmo morais – e, por outro lado, as variações acerca da tropicalidade enquanto categoria científica a nortear o inventário das produções da natureza e sua ordem. No tomo dedicado a inventários botânicos que integra a série de publicações referente à viagem comandada por Duperrey, por exemplo, não se identifica o elogio da tropicalidade enquanto uma categoria capaz de orientar a classificação das plantas encontradas pelos viajantes, tampouco se menciona explicitamente a tropicalidade como categoria que poderia explicar por si mesma a variedade de diferenças averiguáveis em determinadas regiões. O que se identifica no tomo, cuja escrita esteve a cargo de Dumont d'Urville e Alphonse Brogniart, é, ao contrário, um esforço de classificação botânica muito mais concentrado na observação de critérios morfológicos tidos como funcionais. Mediante esses critérios, as amostras de plantas poderiam ser comparadas e classificadas enquanto exemplares de uma mesma espécie, ainda que tais plantas se encontrassem em diferentes regiões do planeta. Ao comentar a espécie *Arundo phragmites*, por exemplo, identificada tanto no Chile e no Peru como também na então chamada Nova Holanda, os viajantes a descreveram como “um dos mais marcantes exemplos da identidade de uma mesma espécie sob latitudes diferentes e a grandes

²⁷ BAJON, Michel. *Une expedition méconnue en Amérique du Sud: la mission Castelnau, 1843-1847*, p. 343.



distâncias”.²⁸ A espécie *Saccharum insulare*, por sua vez, foi descrita com base na comparação entre amostras cultivadas em diversas localidades, de modo a atestar a predominância de determinados caracteres em conjunção com as variações regionais.²⁹ Logo, o critério regional aparece com menor ênfase em tal publicação, o que faz com que as reflexões sobre a tropicalidade consequentemente alcançassem uma ressonância menor. O elogio da prodigalidade tropical, tão caro a Humboldt, parece não ter norteado na mesma medida todos os botânicos da Marinha francesa. Assim, seria plausível inferir que a noção de tropicalidade parece ter permanecido recorrente no campo das viagens científicas francesas mais enquanto norteadora de uma agenda civilizadora do que enquanto categoria principal para as classificações e formulações científicas.

Se as formulações e classificações botânicas se estruturavam cada vez mais com base em variáveis morfológicas e menos em variáveis climáticas, as narrativas de viagem, por sua vez, mantinham o recurso às tópicas que elogiavam a tropicalidade enquanto zona pródiga, selvagem e pitoresca, na qual o viajante se sentiria extasiado perante tamanha pujança natural. Louis Duperrey, ao comentar sua passagem no Brasil, mais especificamente na então ilha de Santa Catarina, optou por descrever as coberturas vegetais da região emulando tais tópicas:

A vista então passeava agradavelmente sobre as florestas espessas que cobrem a ilha Santa-Catharina e toda a parte do continente que a circunda. Sobre os cumes das colinas como sobre as laterais das montanhas, na planície de vales e sobre as margens do mar, crescem vegetais soberbos, formando o mais imponente e pitoresco quadro que a natureza poderia oferecer em seu estado selvagem. Os loureiros, os cedros, as laranjeiras, os mangues, as bananeiras, etc., brilhavam por seu porte e sua rica folhagem; as palmeiras, balançadas pelo vento por baixo dos arbustos que escondiam seus troncos, detinham por vezes nossos olhares, que repousavam sempre com renovado prazer sobre esses ramos verdejantes, semeados de algum modo no fundo azul da cobertura celeste.³⁰

O relato de viagem de Duperrey não se restringe a apenas descrever as paisagens tropicais encontradas no Brasil, mas também recupera o tema do encontro do viajante com tais paisagens, encontro este que possibilitaria sensações únicas. Assim, o relato emula um tema recorrente na

²⁸ D'URVILLE, Dumont; BRONGNIART, Adolphe. *Voyage autour du monde, execute par Ordre du Roi, sur la Corvette de Sa Majesté, La Coquille, pendant les années 1822, 1823, 1824 et 1825, par M. L. I. Duperrey. Botanique. Phanérogamie*. Paris: Arthus Bertrand, 1829, pp. 28-29.

²⁹ _____ . *Voyage autour du monde*, p. 100.

³⁰ DUPERREY, Louis Isidore. *Voyage autour du monde, execute par Ordre du Roi, sur la Corvette de Sa Majesté, La Coquille, pendant les années 1822, 1823, 1824 et 1825, par M. L. I. Duperrey. Historique*. Paris: Imprimerie Royale, 1826, p. 43.



literatura de viagem da época, filiando-se explicitamente a tradições do gênero em ampla circulação e não se limitando à finalidade de mero inventário de dados hidrográficos que pudesse ser utilitariamente aproveitado pela Marinha francesa. Em um capítulo exclusivamente dedicado à descrição da região, *Remarques sur la Baie de Santa-Catharina*, o oficial da Marinha francesa descreve, então, a percepção do viajante nas terras da região:

É sempre um prazer novo para o Marinheiro dedicado por gosto a uma vida errante, calcar seus passos por terras férteis, nas quais a mão do homem poucos pontos desbravou. Ele é embalado por doces sonhos, quando, seguindo uma trilha aberta em meio à floresta, ouve a voz seca e queixosa da vegetação costeira se misturar ao barulho de um riacho que corre. A solidão dos bosques é agradável para a alma, o silêncio que lá reina convida à reflexão, as lembranças se apresentam; em um instante, os dias de plenitude se renova; e, o espelho do passado, ao reflectir sobre o presente a sombra da felicidade que oferece, colore o futuro com uma imagem sorridente.³¹

As paisagens brasileiras seriam, para o viajante francês, uma fonte precisa de tal tipo de sensação da natureza:

Mais de uma vez as terras do continente, que formam a parte ocidental da baía de Santa Catharina, fizeram penetrar em nós esse ideal vago, essas emoções indefiníveis, companheiras da solidão. Aqui, as costas são coroadas de montes elevados, cobertos de grandes árvores e atravessados por caminhos que conduzem a seu interior; cascatas que caem pela lateral das montanhas, e escapam pelos vales através dos vegetais pomposos que tombam sua folhagem verde e seus ramos de flores sobre a onda espumante; os rios, os riachos de água límpida de um curso lento e monótono, após regarem vales sombrios e campos ricos, perdem-se em pântanos imensos, que cercam diversos pontos do litoral. Uma rota, traçada por toda a costa, pode vos levar através de mil sinuosidades, ora bordo do mar, ao longo de habitações ou das bananeiras, laranjeiras, limoeiros e cafezais que os circundam; ora por vales solitários, em meio a florestas densas, onde a sombra silenciosa das árvores, o murmuro da água corrente, o canto variado dos pássaros, o barulho das folhas que caem, encantam os sentidos, despertam o pensamento e lembram o homem de sua grandeza e de sua insignificância.

Jamais houve viajante que respirasse o ar do Brasil e sentasse à sombra de suas florestas sem receber tais profundas impressões.³²

A escrita de Duperrey referente ao Brasil emula, portanto, uma concepção de quadros da natureza, provavelmente tributária das formulações de Alexander von Humboldt³³ que, como

³¹ DUPERREY. *Voyage autour du monde*, pp. 59-60. Tradução livre realizada pelo autor do presente artigo.

³² _____. *Voyage autour du monde*, p. 60. Tradução livre realizada pelo autor do presente artigo.

³³ Para Karen Macknow Lisboa, a concepção de *Naturgemälde* de Humboldt visava “representar científica, poética e artisticamente os objetos da história natural”, de modo a “transmitir ao leitor a sensação prazerosa de estar na natureza



demonstrado anteriormente, foi um dos principais formuladores de uma concepção de tropicalidade na qual reconhecia-se o potencial de diversidade da criação natural nos trópicos, ainda que atrelada ao estado selvagem. Ao aproximar-se de Humboldt nesse sentido, o oficial da Marinha francês se aproxima também de outros viajantes que estiveram no Brasil, como Von Martius e Maximilien de Wied-Neuwied, o que atesta em que medida as formulações acerca da tropicalidade se encontravam presentes em diferentes circuitos do campo científico e cultural europeu, não se restringindo ao campo de uma só nação. O que é mais eloquente, no entanto, é seu uso do termo “pitoresco”. Ao se valer da noção de “pitoresco” para descrever as coberturas vegetais de Santa Catarina, o viajante francês se aproxima ainda mais de viajantes como Spix e Martius, que se valeram da mesma tópica para descrever as paisagens tropicais brasileiras. De acordo com Karen Macknow Lisboa, a adesão a tal tipo de formulação concebia, por parte dos viajantes europeus, uma natureza afável, possível de ser integrada à civilização, sobretudo mediante os esforços civilizadores dos quais os próprios viajantes se reconheciam como vetores.³⁴ Todavia, é possível contemplar outras variáveis nesse ponto. Com efeito, houve inúmeras acepções e transformações nos significados da noção de “pitoresco” enquanto categoria estética, mas é possível afirmar que, em meio à variedade de acepções, houve a manutenção de um olhar que poderia conferir ordem à diversidade tropical. Segundo Pablo Diener, as formulações iniciais da categoria do “pitoresco”, tal como publicadas pelo inglês William Gilpin ainda no final do século XVIII, pressupunham o reconhecimento de desproporções entre elementos apresentados pela infinita variedade da natureza, havendo uma disparidade entre as possibilidades de coerência em conjunto e as possibilidades de beleza singular de partes isoladas. O pitoresco seria uma maneira de assinalar essa falta de harmonia mediante a linguagem artística, a qual seria, acima de tudo, um “instrumento mediador”, capaz de “domesticar o desconhecido” e “reorganizar o desestruturado”. A inflexão decisiva na categoria estética seria tributária de Humboldt, que mediante sua geografia das plantas e análise da distribuição vegetal em zonas climáticas estabeleceria um vínculo direto entre as regiões tropicais e o pitoresco, demarcando assim uma inovação na medida em que conceberia o pitoresco a partir dos próprios elementos

tropical”. LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1997, p. 201.

³⁴ LISBOA. *A Nova Atlântida de Spix e Martius*, p. 204.



naturais – sem prescindir de conotações ideais, como lembra Diener.³⁵ A tensão inerente à variedade de usos e sentidos que a categoria assumiu nos diversos campos europeus não permite o estabelecimento de um vínculo imediato entre o texto do oficial da Marinha Duperrey e todas as formulações de Humboldt, certamente. No entanto, o fato de se valer da noção justamente para descrever uma paisagem tropical corrobora a adesão do viajante da Marinha francesa a uma pauta que reconhecia, no mínimo, a dificuldade de se apreender cognitivamente a ordem da natureza tropical, sendo esse cenário um campo de desestabilização do olhar civilizado europeu.

O reconhecimento de uma natureza tropical pitoresca se torna ainda mais eloquente quando se tem em vista o quão recorrente é, nos diversos relatos de viagem franceses, a constatação de uma inadequação no tocante às atividades humanas em uma natureza que, porque tropical, mereceria usos mais civilizados e inteligentes. Ao comentar a exploração das florestas no Brasil, por exemplo, Duperrey afirmou que o trabalho de exploração de madeiras para a construção naval foi realizado com “pouco discernimento”.³⁶ Suas críticas ao estabelecimento das atividades econômicas do país se aproximaram daquelas realizadas pelo também viajante e oficial da Marinha francesa Louis de Freycinet, que poucos anos antes de Duperrey havia comandado sua própria viagem de volta ao mundo, permanecendo por cerca de seis meses no Rio de Janeiro. Ao tecer seus próprios comentários sobre o desenrolar das atividades econômicas na província brasileira, Freycinet criticou a inadequação dos usos perante o potencial oferecido pela natureza tropical, lamentando o fato de a região fluminense não ser, a seu ver, cultivada por uma nação ativa e inteligente. De modo semelhante, o naturalista René-Constant Quoy, que o acompanhou em sua expedição, também efetuou duras críticas ao manejo agrícola efetuado na região.³⁷

A permanência de uma crítica aos usos da natureza identificados em muitas regiões visitadas denota não apenas a exposição de formulações tributárias do campo científico, no qual discutia-se quais seriam os usos mais eficazes da natureza, mas também o papel preponderante que a crítica europeia poderia assumir enquanto diretriz civilizadora. Sem dúvida, tais críticas eram em grande

³⁵ DIENER, Pablo. Lo pintoresco como categoría estética en el arte de viajeros. Apuntes para la obra de Rugendas. *HISTORIA*, No. 40, Vol. II, julio-diciembre 2007: 285-309.

³⁶ DUPERREY. *Voyage autour du monde*, p. 69.

³⁷ BRAGA, Daniel Dutra Coelho. *Entre tópicos e trópicos: a província do Rio de Janeiro e a expedição científica de Louis de Freycinet (1817-1854)*. 179 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2014. 169 p.



medida tributárias do campo da disciplina História Natural, cujas formulações não se restringiam apenas ao inventário e classificação posterior de criações da natureza, mas também contemplavam as possibilidades de usos civilizados da natureza – uma vez que a própria ideia de civilização, em tal campo, não era concebida enquanto entidade oposta à natureza, mas sim como entidade decorrente do melhor uso desta.³⁸ No entanto, o que é significativo é que tais descrições reiteram o papel norteador que o viajante poderia assumir enquanto agente capaz de apontar quais seriam os usos ideais da natureza. Elas parecem corroborar a ideia de que uma tutela extrínseca ao cenário tropical seria necessária para o melhor desenvolvimento de regiões que teriam como chave de possibilidade de seu desenvolvimento justamente o fato de serem regiões tropicais. Se a própria ciência, enquanto campo de reflexão sobre a tropicalidade, vinha por um lado permitindo um relativo esvaziamento do estigma dos trópicos enquanto região por definição imprópria para a civilização³⁹, o estigma da necessidade da tutela se mantinha.

É neste ponto em que a ciência e a cultura colonial se entrelaçam de modo mais evidente. Nesse sentido, no que se refere às Américas, por exemplo, os viajantes reiterariam um papel que guardaria semelhanças com o papel norteador desejado pelos dirigentes administrativos das metrópoles à época do colonialismo ibérico, tendo-se em vista o quanto tais dirigentes conceberam o papel a ser exercido pelas colônias principalmente por meio da noção de tropicalidade. Como apontou John Lynch no tocante às reformas administrativas efetuadas pelos Bourbons no âmbito das relações entre a Espanha e suas colônias no final do século XVIII, houve um contínuo esforço no sentido de restringir o papel das Américas, as quais deveriam apenas “consumir as exportações espanholas e fornecer minerais e alguns produtos tropicais”.⁴⁰ Muitos viajantes, se não efetivamente restringiram o papel das Américas ao mero papel de economia complementar da Europa⁴¹, provavelmente reduziram o âmbito de grupos que poderiam determinar o papel das Américas,

³⁸ KURY, Lorelai. *Histoire naturelle et voyages scientifiques*. Paris: L'Harmattan, 2001, p.20.

³⁹ São diversos os trabalhos que reconhecem que os próprios viajantes foram, inclusive, atores essenciais em um processo que culminou na descaracterização dos trópicos enquanto região intrinsecamente nociva. Para um exemplo desse tipo de análise, ver: BARBATO, Luis Fernando Tosta. Relatos de Viajantes: de meras histórias de aventura ao saber voltado à instrução política. *Anais do XXI Encontro Estadual de História: trabalho, cultura e memória - ANPUH-SP*. São Paulo: ANPUH-SP, 2012.

⁴⁰ LYNCH, John. As origens da independência da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da Independência a 1870*, volume III. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF – Fundação Alexandre de Gusmão, 2001, p. 36.

⁴¹ Embora, como bem aponta David Arnold, esta tenha sido uma formulação recorrente no tocante à tropicalidade.



fazendo um constante elogio de grupos tributários da civilização europeia, muitas vezes com base em uma noção de raça intimamente articulada ao ideal de civilização, como foi o caso, segundo Karen Macknow Lisboa, de Spix e Martius, que defenderiam “o processo civilizador, por ser este conduzido pela “raça caucásica”, ou seja, pelo europeu”.⁴²

Tal tipo de pensamento orienta aquele que pode ser identificado como o segundo vetor de indícios, no campo das viagens científicas, de uma cultura colonial consideravelmente enraizada já na primeira metade do século XIX, a saber, a reflexão sobre a alteridade e sobre as possibilidades de classificação dos diferentes grupos humanos. Até mesmo em narrativas de viagens não exatamente comprometidas com o inventário de tipologias morfológicas de seres humanos, é possível perceber a recorrente descrição dos grupos humanos encontrados ao longo das viagens. Assim como Spix e Martius, por exemplo, estiveram permanentemente preocupados em “averiguar o “estado de civilização” dos índios”⁴³ encontrados no Brasil, os viajantes franceses vinculados à Marinha estiveram preocupados com averiguações semelhantes, referentes a todas as configurações sociais que encontraram. Esse tipo de preocupação norteou até mesmo um viajante como Abel Dupetit-Thouars, cujo relatório de viagem esteve primordialmente preocupado em oferecer registros hidrográficos e cartográficos que pudessem auxiliar atividades mercantis franceses posteriores.

Os comentários de Abel Dupetit-Thouars acerca dos diferentes estágios de civilização que acreditou ter averiguado são breves, porém eloquentes no tocante a em que medida um oficial da Marinha poderia estar comprometido com formulações científicas que reafirmavam a noção de alteridade cara ao ideal civilizacional francês. Ao comentar, por exemplo, a sociedade brasileira, o viajante teceu vários elogios ao papel que a família real portuguesa poderia exercer na condução do destino político do país, reconhecendo-a como capaz de “colocar um freio às ambições secundárias e rivais que, como nas repúblicas da América meridional, disputariam incessantemente o poder, sacrificando os interesses do país em prol do interesse pessoal”.⁴⁴ Tal elogio da família real se torna mais significativo quando comparado à forma como o viajante criticou a miscigenação averiguável em meio à sociedade brasileira e sua presumida consequência sobre os costumes:

⁴² LISBOA. *A Nova Atlântida de Spix e Martius*, p. 205.

⁴³ _____. *A Nova Atlântida de Spix e Martius*, p. 204.

⁴⁴ DUPETIT-THOUARS, Abel. *Voyage autour du monde sur la frégate la Vénus, pendant les années 1836-1839, publié par ordre du Roi, sous les auspices du Ministre de la Marine. Tome Premier*. Paris: Gide, 1840, p.73. Tradução livre.



Os costumes primitivos dos habitantes do Rio de Janeiro eram aqueles de Portugal; mas eles foram consideravelmente modificados, consideravelmente degenerados pela licença daqueles primeiros colonos, e pela mistura das raças de Índios e de Africanos que se cruzaram a um tal que, em qualquer lugar, na cidade, encontra-se trinta pessoas de cor para uma branca. O cruzamento das raças aqui não parece ter sido favorável às espécies.⁴⁵

Apesar de criticar a miscigenação brasileira, Abel Dupetit-Thouars reconhece a possibilidade de instauração da civilização no país, afirmando que “a sociedade do Brasil fez, desde dez anos, imensos progressos; ela tende com sucesso a se colocar ao nível das sociedades da Europa que marcham à frente da civilização”.⁴⁶ Entretanto, tendo em vista seu elogio da família real, o que o viajante parece reiterar é um tipo de possibilidade de processo civilizador que só pode ser instaurado caso conduzido por descendentes de linhagens europeias. Trata-se, inclusive, de um tipo de representação de alteridade que, no próprio caso brasileiro, auxiliou a manutenção da monarquia, dado que, ao longo dos contínuos esforços de representação simbólica da figura de D. Pedro II, o monarca nascido no Brasil foi, em meio a várias acepções, representado “como um pequeno deus europeu, cercado por mestiços”⁴⁷, ou seja, a missão civilizatória que legitimaria a monarquia se valeu, muitas vezes, deste tipo de representação de alteridade.

Se Abel Dupetit-Thouars optou por representar a possibilidade de instauração da civilização no Brasil por meio do elogio da casa dos Bragança, suas descrições referentes ao Chile, por sua vez, denotam outros aspectos do tipo de reflexão sobre alteridade ao qual aderiu. Ao descrever as características biofísicas da região, o comandante francês afirmou que o “Chile é não apenas um dos melhores países da América, mas mesmo do mundo, tanto pela bondade do clima como pela rara fertilidade do território, que produz em abundância grãos de todo tipo”⁴⁸. No entanto, o viajante se esforçou por comparar as diferentes províncias da região de modo a fornecer descrições que ajudassem a compreender “a escala de civilização chilena”⁴⁹, permitindo a compreensão da organização interior da região. Os usos do ideal de civilização se tornam mais evidentes quando o Dupetit-Thouars analisa a influência dos Araucanos no desenrolar das atividades chilenas. Esse

⁴⁵ DUPETIT-THOUARS. *Voyage autour du monde sur la frégate la Vénus*, p. 59. Tradução livre.

⁴⁶ _____. *Voyage autour du monde sur la frégate la Vénus*, p. 60. Tradução livre.

⁴⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 21.

⁴⁸ DUPETIT-THOUARS. *Voyage autour du monde...*, p. 115. Tradução livre.

⁴⁹ _____. *Voyage autour du monde...*, p. 137. Tradução livre.



grupo nativo constituía o enclave indígena independente de Araucânia, um dos principais focos de disputa no Chile. Nos embates da política interna posteriores à independência do Chile, o ideal de civilização era utilizado no intuito de, como aponta Simon Collier, “justificar a “pacificação” da Araucania”.⁵⁰ Ao narrar as ações dos Araucanos, Dupetit-Thouars se vale de um vocabulário que, se por um lado ressalta a nação indígena como valente, também a retrata como feroz, valendo-se de uma linguagem que, no tocante ao ideal de civilização, certamente aponta em que presumido estágio civilizacional o viajante francês reconhecia o grupo:

Antes da revolução que tornou o Chile independente da Espanha, o governo de então tentou numerosas vezes conquistar esse território para submeter os Araucanos; mas essa valente nação orgulhosamente lutou por sua independência, que ela manteve até hoje, após um grande numero de combates sangrentos que, mais de uma vez, colocaram o governo do Chile em uma lamentável posição; governadores hábeis tentaram efetuar essa conquista pela via da persuasão, mediante missionários; mas a animosidade e o ódio dos Araucanos eram excessivamente violentos e exaltados de forma que tal meio pudesse ter êxito; os missionários enviados sempre morreram miseravelmente, massacrados ou envenenados.⁵¹

Todavia, para Dupetit-Thouars, os Araucanos não eram, apesar de sua violência, incompatíveis com as missões civilizadoras. Havia um vetor que poderia auxiliá-los no pleno ingresso na civilização: o comércio.

As relações atuais dos Araucanos com os habitantes do Chile parecem ser de uma natureza menos hostil, ainda que eles se ataquem ocasionalmente além do Bio-Bio, sobre o território de Conceição e também ao sul, no território de Valdivia e do Corral para lá cometer depredações. Essas incursões são bem mais raras que as de outrora, e é verossímil que suas relações com os Europeus, tornando-se a cada dia mais freqüentes, assim como se generalizando cada vez mais em meio a eles o gosto pelo tabaco, por aguardente, por materiais de lã e produtos da indústria, o comércio fará pela civilização desse povo o que não pôde fazer a força e a persuasão.

O que Abel Dupetit-Thouars faz é reabilitar a noção do comércio não como uma instituição neutra ou meramente vinculada à dimensão econômica e material da vida humana, mas sim enquanto uma instituição que, em sua própria natureza, estivesse imbuída de valores tributários da cultura iluminista do progresso universal da civilização. Nesse sentido, o comandante da Marinha francesa

⁵⁰ COLLIER, Simon. O Chile da Independência à Guerra do Pacífico. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da Independência a 1870*, volume III. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF – Fundação Alexandre de Gusmão, 2001, p. 617.

⁵¹ DUPETIT-THOUARS. *Voyage autour du monde...*, p. 154. Tradução livre.



evidentemente se filia às ambições cosmopolitas dos viajantes do século XVIII, como os franceses Bougainville e La Pérouse. Nesse sentido, é possível reconhecer em viajantes do século XIX características que Marie-Nouëlle Bourguet argutamente reconheceu nos viajantes do século XVIII, ao afirmar que “os viajantes e os navegadores são, no imaginário europeu, os heróis desta utopia liberal, que promete com um único movimento – o do comércio entre os homens – a riqueza a toda a terra e a civilização aos povos selvagens”.⁵² Contudo, inerente a tal utopia é a alteridade que reconhece os povos europeus e, obviamente, os viajantes franceses como condutores do processo que pode trazer a civilização a tais grupos selvagens, conduzidos.⁵³

Considerações finais

As viagens científicas francesas da primeira metade do século XIX, assim como as publicações delas decorrentes, reiteraram ideais segundo os quais a presença francesa seria um vetor de orientação rumo à civilização. As atividades científicas, além de corroborarem as concepções de compreensão e hierarquização do mundo então em voga na cultura científica europeia, contribuíram no sentido de reiterar tais ideais de civilização. Não se trata de afirmar que as formulações científicas das viagens foram teleologicamente orientadas de modo a reiterar tal papel, mas sim de reconhecer que muitas das formulações e publicações decorrentes das viagens científicas terminaram por, ao menos, refratar⁵⁴ anseios da cultura e das linguagens no entorno da concepção de tais empreendimentos, uma vez que, como afirmado por Ludwik Fleck, “nas ciências exatas, assim como na arte e na vida, não existe outra finalidade à natureza senão a fidelidade à cultura”.⁵⁵ A reiteração de tais pressupostos em campos propriamente científicos, dada a regular intersecção e interação entre o campo científico e demais campos sociais, permitiu que os produtos resultantes da viagem corroborassem diretrizes administrativas e coloniais, reafirmando a pauta de inserção internacional

⁵² BOURGUET. *O Explorador*, p. 215.

⁵³ Esse mesmo processo também é analisado pela historiadora Mary Louise Pratt na obra “*Os olhos do império*”. No entanto, optou-se por fazer referência à caracterização dos viajantes tal como elaborada por Marie-Nouëlle Bourguet por se considerar demasiado rígida o vínculo que Pratt estabelece entre as formulações dos viajantes e a figura de um “burguês europeu”, na medida em que a autoria aforima que “o naturalista naturaliza a própria presença mundial e a autoridade do burguês europeu” mediante suas narrativas. Para detalhes, ver: PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999, especificamente p. 61.

⁵⁴ Utilizo aqui o termo no sentido de incorporar um vetor e reorientar sua direção conforme este for replicado.

⁵⁵ FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Trad. Georg Otte e Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010, p. 76.



francesa e garantindo as condições para a manutenção de uma cultura colonial que, na segunda metade do século XIX, poderia exprimir política e territorialmente fundamentos articulados científica e literariamente já na primeira metade desse século, sobretudo com base no ideal de civilização. Não é à toa que, em 1879, em um evento destinado a comemorar a abolição da escravidão, junto a homens como Emmanuel Arago e Victor Schoelcher, Victor Hugo discursou sobre a África com base em critérios universalistas e humanistas que terminavam por reafirmar o papel tutelar da Europa justamente com base em tal ideal, ao afirmar que “tornar a velha África manejável para a civilização, este é o problema. A Europa o resolverá.”⁵⁶ Civilização e empreitada colonial se entrelaçaram em um discurso cujas palavras parecem reverberar aquelas escolhidas décadas antes por muitos dos viajantes que contemplaram paisagens e grupos ditos selvagens, principalmente devido ao anseio por incluir a África em um fluxo de movimento e circulação tido como universal, mas com prerrogativas evidentemente europeias, das quais as viagens científicas foram certamente um alicerce fundamental:

Que terra é a África! A Ásia possui sua história, a América possui sua história, a própria Austrália possui sua história, que data de seu ingresso na memória humana; a África não possui história; um tipo de lenda vasta e obscura a envolve. (...) O flamejar tropical, com efeito, é a África. Ver a África parece ser o mesmo que tornar-se cego. Um excesso de sol é um excesso de noite.
E esse terror irá desaparecer.

Os dois povos colonizadores, que são dois grandes povos livres, a França e a Inglaterra, já apreenderam a África; a França a mantém pelo oeste e pelo norte, a Inglaterra a mantém pelo oeste e pelo sul. Eis que a Itália aceita seu papel nesse trabalho colossal. A América junta seus esforços aos nossos; pois a unidade dos povos se revela em tudo; A África importa ao universo; tal supressão de movimento e circulação é um entrave para a vida universal, e a marcha humana não pode permanecer resignada perante um quinto do globo paralisado (...) No século dezanove, o branco fez do negro um homem; no século XX, a Europa fará da África um mundo.⁵⁷

⁵⁶ HUGO, Victor. Discours sur l'Afrique. In: HUGO, Victor. *Œuvres complètes. Politique*. Paris: Robert Laffont, 1985, p. 1012. Tradução livre.

⁵⁷ _____. *Discours sur l'Afrique*, p. 1010-1012. Tradução livre.